



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005563-17.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Claudiane dos Santos Silva Almeida e outros**  
 Requerido: **Banco Santander Brasil S/A**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

**Vistos.**

-

**CLAUDIANE DOS SANTOS SILVA ALMEIDA, LÚCIA DE FÁTIMA DOS SANTOS, ANDRÉ DOS SANTOS SILVA e ELAINE CRISTINA SANTOS SILVA** ajuizaram ação (nominada) de **REPARAÇÃO DE DANO MORAL** contra **BANCO SANTANDER BRASIL S/A.**, alegando, em resumo, que são sucessores de Claudenilson Luiz da Silva, falecido em 28.01.2016. Em março/2018, tomaram conhecimento de que o nome do falecido foi negativado, por conta da devolução de cheque emitido em janeiro/2018, contra o Banco real, já extinto. Argumentam que o procedimento feriu a família e pleiteiam a condenação do acionado ao pagamento de indenização por danos morais ou, alternativamente, declaração de "inexistência de negativação, bem como qualquer coisa que desabone do nome do falecido" (pág.21).

Citado, o requerido apresentou contestação rebatendo as alegações iniciais. Aduz não houve reclamação prévia, agiu de boa fé e não há comprovação dos alegados danos.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

**1005563-17.2018.8.26.0037 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim já se decidiu:

*“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).*

*“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).*

Trata-se de pedido de indenização por danos morais.

O pedido inicial deve ser julgado improcedente.

A instituição financeira não trouxe esclarecimentos sobre o seu procedimento, de promover a negativação do nome do falecido, por cheque que teria sido emitido após a sua morte.

Evidente a invalidade da cártula.

Todavia, não é possível concluir que, de tal procedimento e do encaminhamento da cobrança ao antigo endereço do falecido, resultem danos morais a serem indenizados aos autores, seus sucessores. Quanto à estes, não houve qualquer negativação e não pode se reconhecer a existência de reflexos contundentes na vida dos autores, que não tiveram seus nome maculados, resultando, portanto, em mero dissabor.

Em precedente similar, ora invocado como razão de decidir, se estabeleceu:

*"Apelação. Ação declaratória de inexistência de ato negocial c.c. condenatória para restituição de valores e indenização por danos morais. [...] Danos morais. Inocorrência. Ausência de negativação do nome da autora e de maiores repercussões. Preliminar rejeitada. Sentença parcialmente reformada. Recurso parcialmente provido.*

...



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*De outro lado, não se vislumbra de forma nítida, no presente caso, elemento fundamental à efetiva concretização do dano moral, ou seja, a ocorrência do evento danoso.*

*É certo que a autora suportou alguns dissabores com referida cobrança, entretanto, conforme orientação dominante, o simples aborrecimento não basta para configurar o dano necessário à reparação moral" (Apelação 1002536-87.2017.8.26.0319, da 37ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Pedro Kodama, J., 22.05.2018, v.u.).*

Acrescente-se que o pedido dos autores resume-se à indenização por danos morais, sem requerimento específico quanto à inexistência da dívida, a tanto não equivalendo o genérico pedido apresentado em aditamento sobre a inexistência de qualquer fato que desabone o nome do falecido.

Por isso, embora a existência da dívida que deu origem à negativação do nome do falecido afigure-se improvável, sem a apresentação de requerimento expresso, por parte legítima, fica vedado qualquer provimento jurisdicional, pena de julgamento *extra petita* (art. 492, do Código de Processo Civil).

*Em suma, o pedido inicial deve ser julgado improcedente.*

Isso posto, **JULGO IMPROCEDENTE** esta ação movida por **CLAUDIANE DOS SANTOS SILVA ALMEIDA, LÚCIA DE FÁTIMA DOS SANTOS, ANDRÉ DOS SANTOS SILVA e ELAINE CRISTINA SANTOS SILVA** contra **BANCO SANTANDER BRASIL S/A.**, para rejeitar o pedido inicial. Revogada, *ipso jure*, a medida liminar (págs.30/31). Façam-se as comunicações necessárias. Dou por extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbentes, responderão os autores pelas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10 % do valor da causa, atualizado.

**P.R.I.**

Araraquara, 18 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**